

O ACOLHIMENTO FAMILIAR NA PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHEDORES

*THE FOSTER FAMILY SERVICE FROM THE PERSPECTIVE OF
HOST CHILDREN AND ADOLESCENTS*

*EL ACOGIMIENTO FAMILIAR EM LA PERSPECTIVA DE LOS
NIÑOS Y ADOLESCENTES ACOGEDORES*

CLAUDIA REGONHA SUSTER¹

DÉBORA CRISTINA FONSECA²

NATÁLIA CAPRISTO NAVARRO³

¹Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
(UNESP), Rio Claro/SP – Brasil

²Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
(UNESP), Rio Claro/SP - Brasil

³Universidade Metodista de Piracicaba
(UNIMEP), Piracicaba/SP - Brasil

RESUMO Considerando a crescente implantação dos serviços de famílias acolhedoras enquanto modalidade de acolhimento e como alternativa à institucionalização de crianças e adolescentes que precisaram ser afastados do convívio familiar por vivenciarem situações de violação de direitos, esta pesquisa teve por objetivo compreender as percepções das crianças (faixa etária entre 9 e 11 anos) que compõem os núcleos de famílias acolhedoras, observando os processos educativos que atravessam durante a experiência de acolher e desacolher. Para a coleta de dados, foi desenvolvido um grupo focal com as crianças e adolescentes acolhedoras. A análise deste material foi construída à luz dos Núcleos de Significação, pautadas pela perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica. Os resultados demonstram que esta experiência contribui para formação desses indivíduos e se mostram importantes para o seu desenvolvimento enquanto gênero humano, atribuindo à sua existência, novos sentidos.

PALAVRAS-CHAVE: CRIANÇA; ADOLESCENTE; VIOLÊNCIA DOMÉSTICA; POLÍTICAS PÚBLICAS; VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.

ABSTRACT This research aims at understanding the perception of nine to eleven-year old children who belong to foster family cores, emphasizing the educational processes they go through during the beginning and ending of the hosting experience. The paper responds to the growing numbers in implementation of host family services, which is a modality that functions as an alternative the institutionalization of children and adolescents who have had their rights violated and therefore need to be put away from family life. Methodologically, the research developed focal groups with the host children and adolescents. Theoretically, the concept of meaning core and the perspective of Socio-historical Psychology guided the analysis. Results show that the hosting experience contributes to the formation of the host children and adolescents and are important to their development as human beings, since it provides new meanings to their existence.

KEYWORDS: CHILDREN; YOUTH; DOMESTIC VIOLENCE; GOVERNMENT POLICY; HUMAN RIGHTS.

RESUMEN La pesquisa tiene como objetivo comprender las percepciones de los niños entre nueve y once años que componen los núcleos de familias acogedoras, mirando los procesos educativos que cruzan durante la experiencia de acoger y desacoplar. El paper responde a la creciente implantación de los servicios de familias acogedoras como modalidad de acogida y como alternativa a la institucionalización de niños y adolescentes que necesitaran ser alejados de la convivencia familiar por experimentar situaciones de violación de derechos. Para la recolección de datos, se desarrolló un grupo focal con los niños y adolescentes acogedores. El análisis de este material se hizo a la luz del concepto de Núcleos de Significación, de la perspectiva de la Psicología Socio-Histórica. Los resultados demuestran que esta experiencia contribuye a la formación de estos individuos y se muestra importante para su desarrollo como género humano, atribuyendo nuevos sentidos a su existencia.

PALABRAS CLAVE: NIÑO; ADOLESCENTE; VIOLENCIA DOMÉSTICA; POLÍTICA GUBERNAMENTAL; DERECHOS HUMANOS.

INTRODUÇÃO

O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil é marcado por graves violações de direitos ocorridas dentro das instituições. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de conhecer e ampliar as possibilidades de atendimento às crianças e adolescentes que precisaram ser afastados do convívio de sua família de origem.

Cumprе mencionar que, embora o rompimento de vínculos parentais e familiares ao longo da história de crianças e adolescentes excluídos socialmente tenha sido uma estratégia adotada para o enfrentamento de questões relacionadas a pobreza ou relativas às questões morais, sempre se evidenciou a necessidade de alternativas mais humanizadas para o atendimento desses sujeitos (VALENTE, 2008).

De acordo com o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA, administrado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ/2020), o Brasil tem cerca de 32.914 crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, sendo que 95,8% destes se encontram em instituições de acolhimento, um número significativo se considerarmos que é um modelo

que pouco evoluiu no âmbito da garantia dos direitos da criança e do adolescente. Dos acolhidos, 8,9 mil estão acolhidas no Estado de São Paulo, que lidera o ranking no que tange à quantidade de acolhimento¹ (CNJ, 2020).

Mesmo após a extinção do mecanismo da Roda dos Expostos, o modelo que se seguiu – fortalecido pelas ideias higienistas da época – manteve o princípio do alijamento da família do contato com as crianças e os adolescentes abrigados em suas instituições e, ainda, revelou-se contaminado pelo preconceito, pelo desconhecimento e pela não profissionalização (BAPTISTA et al., 2014, p. 95).

A Constituição Federal de 1988 mudou a concepção de Assistência Social, passando a constituir-se como política pública com a Saúde e a Previdência Social. Esse tripé é denominado de Seguridade Social, pautada na noção de Estado de Bem-Estar Social. Assim, com o desenvolvimento da Assistência Social, em 1993, houve a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), fazendo que a política de Seguridade Social fosse definida. A LOAS instaura a proteção social a partir de ações integradas do governo e sociedade civil, podendo usufruir desse direito quem dele necessitar (MOLLO, HASSEGAWA, NAVARRO, 2017).

Já no ano de 2004, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a fim de que fossem concretizados os direitos previstos na Constituição de 1988 e na LOAS. A PNAS vem com o objetivo de incorporar as demandas da sociedade a fim de que se efetive a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. Outra ação prevista pela PNAS é a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído um ano depois da PNAS. Nesse sentido, esse sistema descentralizado e participativo, tem seu foco na família e no território e é dividido por níveis de complexidade: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. As autoras Mollo, Hassegawa e Navarro (2017, p. 208-209) sintetizam as complexidades e seus papéis. Segundo as autoras:

A Proteção Social Básica oferece benefícios, programas, projetos e serviços executados por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), unidade pública estatal e outras organizações sociais. A Proteção Social Especial de Média Complexidade oferece serviços realizados pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), unidade pública estatal e outros programas e projetos executados por organizações sociais.

E a proteção social especial de alta complexidade se refere aos serviços de acolhimento, nas seguintes modalidades: abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem, residência inclusiva, serviço de acolhimento em república, serviço de acolhimento em família acolhedora e serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergência.

Posterior à emergência do SUAS, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC, 2006)

¹ Cabe destacar que São Paulo também é o Estado com o maior número de equipamentos para realizar o acolhimento de crianças e adolescentes. Não é possível afirmar, com esse dado, se os demais Estados brasileiros têm serviços suficientes para acolher crianças e adolescentes quando essa medida é inevitável.

corroborou na busca para assegurar o direito à convivência familiar e comunitária, superar a cultura de institucionalização em abrigos e outras instituições que caminham na negação da individualidade e privacidade, passando a propor outras modalidades de acolhimento.

Nessa perspectiva, o acolhimento familiar, enquanto modalidade de atendimento ganhou maior visibilidade no cenário brasileiro. Desde então, mostra-se como campo fértil de intervenção considerando a importância de fomento de uma nova cultura de acolhimento, que implica em “[...] mudanças nas concepções de infância e juventude, nas significações de vinculação afetiva e nas políticas de assistência à infância e juventude e que contribua para o fortalecimento do paradigma da proteção integral” (COSTA, ROSSETTI-FERREIRA, 2009, p. 111).

Em suma, o Serviço de Acolhimento em Família acolhedora organiza o acolhimento de crianças e adolescentes que são afastados de sua família por meio de medida protetiva. Essas crianças e adolescentes são acolhidos nas residências de famílias acolhedoras por até um ano e meio, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As famílias acolhedoras são cadastradas no serviço e passam por estudo psicossocial, bem como capacitação para estarem aptas a receber os acolhidos em suas casas. A partir do trabalho da rede socioassistencial, os esforços são investidos no retorno da criança para a família de origem ou, quando esgotadas as possibilidades, são encaminhadas para uma família adotiva. Assim, esse serviço de acolhimento familiar é organizado por diretrizes instituídas pelo ECA e sob disposições das Orientações técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009).

Assim, o presente artigo teve por objetivo compreender as percepções das crianças que compõem os núcleos de famílias acolhedoras, observando os processos educativos que atravessam a experiência de acolher e desacolher.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa foi realizada junto de um Serviço de Acolhimento Familiar localizado em um município de grande porte no interior do Estado de São Paulo, implantado em meados de 2013.

A pesquisa envolveu as famílias acolhedoras como um todo (SUSTER, 2017). Entretanto, para o recorte deste texto, destaca-se o levantamento de dados com as crianças e adolescentes. Foram participantes desse estudo duas crianças e dois adolescentes, com idades próximas e que pertencem ao núcleo de famílias acolhedoras cadastradas no referido serviço. Todos já haviam passado pela experiência de acolher e desacolher crianças e se conheciam em função dos espaços compartilhados entre as famílias acolhedoras, o que de alguma maneira, facilitou a comunicação entre eles.

Antes da execução do grupo, por se tratarem de crianças, o responsável legal assinou o TCLE, bem como o próprio participante, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, sendo a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa. Os nomes apresentados são fictícios para garantir o anonimato.

Os participantes da pesquisa foram: Marcelo (9 anos de idade, Família Acolhedora 01); Tiago (10 anos de idade, Família Acolhedora 02); Vanessa (13 anos de idade, Família Acolhedora 02); Rodrigo (12 anos de idade, Família Acolhedora 03). Cumpre mencionar que Tiago e Vanessa são irmãos, o que será explicitado nas falas das crianças.

Com o objetivo de compreender a percepção de crianças acolhedoras sobre a execução do acolhimento familiar, a coleta de dados utilizou-se de grupo focal, recurso que possibilita a discussão baseada nas experiências dos participantes, permitindo ao pesquisador compreender os processos de construção da realidade de determinados segmentos da sociedade, as práticas cotidianas, comportamentos e atitudes, percepções, crenças, preconceitos e linguagens construídas acerca do fenômeno estudado (GATTI, 2005).

Foi realizado um encontro em grupo focal, com duração de cerca de 2 horas, haja vista que um período maior poderia ser desgastante aos participantes, prejudicando que o trabalho se tornasse profícuo (GOMES et al., 2009; GATTI, 2005). Para a realização do encontro do grupo, foi utilizado o espaço físico do serviço. Assim, a escolha por tal local se deu devido à facilidade de acesso e pelo fato de já ser conhecido pelas famílias. Além disso, foi considerado adequado para a preservação do sigilo e ambiente confortável para os participantes. Uma das pesquisadoras atuou como facilitadora da discussão, assegurando que todos os integrantes participassem, fazendo conexões entre os relatos e objetivando que os principais pontos do plano de observação fossem atravessados.

O início das atividades no grupo das crianças começou por meio da orientação sobre produzirem, artisticamente e da forma como achassem melhor, o que entendiam por família, em metade de um papel A3. Rapidamente se apropriaram da tarefa e começaram a construí-la. O assunto foi iniciado por intermédio de relatos das crianças a respeito de episódios envolvendo os acolhidos que estavam sob a responsabilidade de seus pais. Esse material produzido, bem como as falas das crianças gravadas e transcritas, foram objeto de análise e discussão.

Para a análise do material elaborado, o referencial teórico adotado teve por base as contribuições da Psicologia Sócio-Histórica e suas implicações para a análise dos sentidos, inspirado em estudos realizados por Aguiar et al. (2006) e Aguiar et al. (2013, 2015) e na perspectiva Vigotskiana sobre a construção dos sentidos e significados.

Esse recurso perspectiva auxiliar na apropriação das significações construídas pelo sujeito no contexto onde se insere, ou seja, sua realidade, considerando que os elementos determinantes que incidem sobre a forma de significar a realidade não estão ao alcance imediato do pesquisador a priori.

A primeira etapa dessa análise ocorreu pelo levantamento dos pré-indicadores após a transcrição minuciosa de todo material, aproximado ao conteúdo do diário de campo, destacando-se os conteúdos de fala que indicavam maior carga emocional ou ambivalências. Posteriormente, os pré-indicadores foram filtrados com base nos objetivos deste trabalho e organizados de forma a revelar maneiras de pensar, sentir e agir mediado pela história e marcado pela cultura, que converte esses processos em funções psicológicas, chegando nos indicadores (AGUIAR; AGUIAR, 2006, 2013).

A terceira e última etapa foi a de construção dos núcleos de significação, articulados por meio de conteúdos semelhantes, complementares ou contraditórios, desvelando as condições subjetivas, contextuais e históricas. Trata-se do momento em que o pesquisador mais se aproxima da realidade concreta, conhecendo os sentidos atribuídos pelo sujeito para a realidade na qual está inserido (AGUIAR; AGUIAR, 2013; AGUIAR et al., 2015).

DESENVOLVIMENTO

Trabalhando aqui apenas com os dados coletados com as crianças e adolescentes das famílias acolhedoras participantes do estudo, os indicadores construídos ao longo das análises, deram origem a um grande núcleo de significação que denominamos por: *Ser criança e adolescente em família acolhedora: processos educativos permeados por mudanças e sentimentos – satisfação, medo, saudade, tristeza, alegria, amor e proteção.*

Durante o encontro, expressavam satisfação em dispender cuidados à criança acolhida e destacaram que há um empenho de todos os membros do grupo familiar para participar dessa função junto ao acolhido, o que inclui participar de brincadeiras e da execução de tarefas da rotina, tais como banhos, trocas de fralda etc.

Tiago – Que nem... a gente foi numa chácara esses dias e levou a nenê. Daí tava jogando truco todo mundo e a nenê começou a chorar e voou os quatro em cima. (todos riem)

Vanessa – Porque eu tava lá em cima. Tem uma mesinha de DJ do meu primo e ele fica tocando música. E eu tava lá em cima, minha mãe e meu pai jogando truco [...] A nenê chorou... foi muito engraçado... a nenê chorou, correu os quatro em cima! Foi nossa... muito...

Conforme narram as experiências, evidenciam a disponibilidade deles para as mudanças oriundas da decisão de acolher uma criança. A questão do cuidado chama a atenção porque explicita o sentimento de bem-estar das crianças ao acolherem e poderem fazer parte dessa rede que ampara o acolhido. Exceto Diamante, criança acolhida que era um pouco mais velha do que Marcelo, todos os acolhidos eram mais novos do que os participantes. Essa diferença nos momentos do desenvolvimento pode, de alguma forma, facilitar esses relacionamentos na medida em que a dependência do acolhido está atribuída, na maior parte do tempo, aos adultos, uma vez que muitos eram bebês e demandam certo tipo de cuidado de responsabilidade dos guardiões, como: acordar de madrugada, trocar fraldas, dar banho etc. Evidenciamos aqui que para além do significado socialmente partilhado de cuidado, as crianças e adolescentes parecem construir um sentido (VIGOTSKI, 2001) próprio para essa ação familiar, a partir da vivência de um sentimento positivo.

No entanto, o cuidado do outro é construído por meio da relação com o acolhido e com o adulto, que atua como mediadora das aprendizagens oriundas dessa atividade. O próprio ato de reconhecer as necessidades do outro, mesmo as mais operativas, é resultado de um processo educativo de humanização, que se refere à apropriação das significações construídas historicamente e possibilita aos indivíduos o desenvolvimento de atributos que são, fundamentalmente, humanos (MARTINS, RABATINI, 2011).

Considerando esses atributos, que oferecem a possibilidade de produção e reprodução da cultura (DUARTE, 2004) e, portanto, a própria vida em sociedade, ao longo do acolhimento familiar modelos de relacionamentos são apropriados e reproduzidos por todos os envolvidos, desencadeando novos sentidos para a vivência. Dessa maneira, o sentimento de satisfação expresso pelas crianças pode se relacionar com o fato de que, ao reconhecerem a necessidade do outro, desenvolvem a própria consciência, ultrapassando aspectos da vida individual para uma prática altruísta e socialmente comprometida.

Segundo Leontiev (1978, p. 7), “[...] a consciência deve ser considerada, não como um campo contemplado pelo sujeito no qual suas imagens e conceitos são projetados, mas como um movimento interno específico gerado pelo movimento da atividade humana”. Por essa perspectiva, a linguagem é um elemento que possibilita as crianças estabelecerem relações com seu entorno social, modificando esse cenário. Trata-se do processo de desenvolvimento da consciência do eu, que atravessa o desenvolvimento psíquico e coincide com a relação estabelecida com os objetos, marcando uma nova situação para a criança. A partir disso, as generalizações deixam de estar dependentes do pensamento prático concreto, organizando e reorganizando o psiquismo para a tomada de consciência da realidade circundante. Esse processo é mediado e constituído pela linguagem. Como afirma Vigotski (2001), a linguagem como mediadora, permite a apropriação do mundo externo pelo sujeito, ao mesmo tempo em que é constitutiva do pensamento. Esse instrumento atua de forma dialética na constituição da subjetividade humana, portanto, dos sentidos e significados (REY, 2005).

Vale citar que uma das pesquisadoras atuou como técnica do serviço em que a pesquisa ocorreu e sua prática apontou que os guardiões, ou seja, os pais dos participantes, compreendiam o acolhimento como um recurso para transmitir valores aos filhos. Isso implica dizer que os sentidos atribuídos pelos pais acerca do acolhimento familiar, além de educativo, infere que ele será importante para o próprio processo de humanização das crianças e, possivelmente, para determinado modelo de sociedade que anseiam viver.

Outro aspecto indicado pelas crianças e compartilhado no grupo focal revela o sentimento de satisfação em ver as mães prepararem a casa e a rotina para a chegada do acolhido e explicitam que o primeiro contato com a ideia de realizarem o acolhimento de uma criança também foi apresentada por intermédio delas. Ao se depararem com essa possibilidade, os participantes do grupo mencionam ter achado a proposta “legal” e terem ficado “ansiosos”.

Durante e posterior ao processo de formação das famílias acolhedoras, ocorre um momento de espera, no qual os guardiões passam a organizar roupas, fraldas, lenços e promover modificações nas residências de tal forma que acomodem mais um membro. Esse processo, que gera uma “bagunça”, é experimentado de maneira carinhosa, como um ritual que organiza os recursos concretos que possibilitam o acolhimento.

Mediador – Como é que vocês se preparam para recebê-la?

Vanessa – Nossa... a gente arruma a casa! (Vanessa ri)

Tiago – Minha mãe fica a semana inteira procurando roupa

Rodrigo – Fralda, lenço, sabonete...

Tiago – Fica entrando naquele site de desaparego. Compra um monte de coisas.

Dialeticamente, o esforço de preparar o espaço físico parece indicar a própria tentativa de autopreparação das famílias para a experiência a ser atravessada. Em nossa perspectiva teórica a relação objetividade-subjetividade é constituída no modo de ser e vivenciar as situações. Podemos evidenciar pelas falas dos participantes que, ao organizar a casa objetivamente, também se busca uma organização psíquica, de preparo para receber/acolher mais uma criança na casa. Observa-se como esse processo é social e coletivo para a família, sendo a figura materna a que parece ocupar o papel de mediadora desse processo.

Identifica-se que, além do fato das mães serem as primeiras a proporem o acolhimento familiar como atividade a ser desempenhada pela família, são elas que norteiam essa espera, preparando o espaço e os membros do grupo para vivenciarem esse processo. Isso delinea que de fato há sobre as figuras femininas uma maior associação destas ao exercício do cuidado, nas quais o tempo todo aparecem como protagonistas, independentemente do lugar que ocupam no acolhimento: sejam elas as guardiãs ou as próprias mães das crianças.

Os participantes do grupo também demonstram clareza dos objetivos do acolhimento e tentativa dos guardiões de facilitar a dimensão transitória para o acolhido, que deve voltar-se primeiro para a reintegração familiar do acolhido e, excepcionalmente, seu encaminhamento para a adoção.

Vanessa – Triste e feliz ao mesmo tempo. Porque esse é o objetivo dela, que arranjem uma família pra ela! Então... é os dois!

Marcelo – Ou os pais voltam pra criança! É a mesma coisa que aconteceu com a Sodalita.

Rodrigo – [...] A função da família acolhedora é acolher crianças que eram maltratadas com a família. E a família é recuperada para recuperar a criança de volta. [...]

Nesse sentido, e considerando a perspectiva transitória já pressuposta neste trabalho, as famílias guardiãs, principalmente as mães dos participantes do grupo, têm a preocupação de frisar aos acolhidos, quando são chamadas de mães, que são suas tias. Essa reação indica um empenho das guardiãs em oferecer ao acolhido a possibilidade de destacar que, em algum momento, outra pessoa assumirá aquela função por hora desempenhada por elas, seja no papel da mãe biológica, adotiva ou outras figuras parentais que se responsabilizarão pelos cuidados daquele infante.

Tiago – Também acho que é uma preparação, porque tem o Citrino. Quando ele tava em casa a minha mãe não deixava ele chamar mãe pra ela. Tinha que ser tia.

Rodrigo – Ah! Minha mãe também!

Tiago – Tinha que ser TIA, porque a mãe que acolher ele vai ser mãe mesmo.

Vanessa – Adotar...

Tiago – É, adotar!

Vanessa – Com o Citrino, tinha uma situação assim, toda hora: “Oooo Mã... desculpa! TIA!”, porque a minha mãe ficava falando: “Não é mãe... é tia! Aqui a gente tá preparando você para uma família melhor, uma família que vai ficar com você, que vai cuidar de você. Agora, aqui não é mãe, porque mãe é a família que você vai ir. Porque a tia vai ficar só um pouquinho com você pra cuidar. Depois vai trocar”

Mediador – E você passou essa situação do Berilo chamar a sua mãe de mãe?

Rodrigo – Aham.

Mediador – E como que sua mãe faz?

Rodrigo – Ah... ela falou que não pode chamar, porque ele não pode se apegar, porque a gente não é a família DELE mesmo. Ele tem outra família e pode demorar pra se acostumar.

Mediador – Você lembra o que ela fala quando ele chama a sua mãe de mãe?

Tiago – Que é do coração...

Rodrigo – Ela fala: “Tem que chamar de TIA, Berilo!

As crianças também exprimem suas impressões sobre as fragilidades que podem ser vivenciadas pelos acolhidos, quando temem que se “apeguem” e depois precisem ir embora ou que fiquem “confusos”, justamente por se tratar de uma situação transitória. Essa situação delinea a preocupação que possuem com o bem-estar do infante e sinaliza que também temem o efeito do acolhimento para eles.

Mediador – E como você acha que ele se sentia assim?

Vanessa – Ah... sei lá... acho que ele ficava meio confuso. “Eu tô com eles, mas vou pra outra família?” Sei lá... acho que ele ficava meio confuso.

Nesse sentido, não é apenas o fato de precisarem ressignificar o momento do desacolhimento, mas como a relação estabelecida entre os acolhedores com a criança se dará e a contradição entre os guardiões desempenharem papéis parentais, embora não sejam pais. Esse sentimento, por vezes contraditórios de afeto e não apego, parece mediar as relações familiares constantemente, enquanto permanece o acolhimento (VIGOTSKI, 2001). Parece existir um esforço de explicitar para a criança acolhida o papel que assumiram, embora no campo dos afetos esses sentimentos se misturem e, às vezes, se mostrem ineficientes.

Dessa maneira, entende-se que, mais importante do que a forma como a criança irá nomear os guardiões, seja chamando-os de pais, tios ou pelo próprio nome, são os recursos que podem ser ofertados para ajudá-la, gradativamente, a ressignificar esse período e se abrir para outros relacionamentos que serão estabelecidos após o acolhimento e, por que não, ao longo de toda sua vida. Nessa perspectiva, parece evidente que o processo de aprendizagem e desenvolvimento é social e historicamente construído (VIGOTSKI, 2001; LEONTIEV, 1978). Todos os envolvidos, crianças acolhidas e membros das famílias acolhedoras vivenciam uma experiência que marcará definitivamente seu processo de desenvolvimento, ainda que significados de modos diferentes, pela própria história de constituição da individualidade.

Outro indicador menciona que conflitos aparecem no decorrer das relações, independentemente da idade da criança acolhida, mas perpassam pelo afeto construído. As narrativas pontuais acerca dos conflitos expunham que houve episódios em que as crianças acolhidas batiam nas crianças acolhedoras. Outra queixa apontada foi quanto à bagunça inicial provocada pelo acolhido, dando indícios de que, até se apropriar de algumas regras quanto à manutenção da organização da casa dos acolhedores, desorganizam brinquedos, mas não guardam, desencadeando que os guardiões solicitem que os filhos procedam com a tarefa. Reconhecem que, aos poucos, os acolhidos apropriam-se dessas funções.

Tiago – mas ele fazia bagunça.

Vanessa – É! Ele arrancava tudo os brinquedos do armário e depois que arrancava ia assistir TV.

Tiago – É! E minha mãe mandava eu guardar e eu ficava com raiva! Porque ele que pegava tudo (Tiago ri lembrando da situação)

Marcelo – Comigo era a mesma coisa!

Mediador – Daí não tem jeito. E você, Tiago? Como que você fazia quando a sua mãe mandava arrumar a bagunça do Citrino?

Tiago – Arrumava, ué! (interlocutor faz um som de desgosto com a boca)

Mediador – E o Citrino não ajudava?

Vanessa – Às vezes minha mãe fazia ele ajudar, mas raramente, porque no começo foi duro...era uma loucura, né?

Tiago – Ele guardava um e falava que já tinha ajudado.

Vanessa – É! Ele arrancava todos os carrinhos e depois punha um ou dois na ordem e saía.

Por meio da revelação desses episódios, os participantes ilustram que há um choque inicial entre as regras que a criança acolhida havia se apropriado no contexto da família de origem e aquela que precisará apropriar-se no contexto do acolhimento. As falas revelam uma maior flexibilidade dos guardiões nos momentos iniciais do acolhimento, compreendendo que o processo de apropriação não é imediato. Além disso, ao se utilizarem do pedido de que os filhos procedam com a ação, podem usá-la como mediadora para os hábitos de organização que desejam que a criança desenvolva, uma vez que é, pela mediação do outro, que o indivíduo se apropriará da cultura. (PINO, 2000). Nesse sentido, as crianças precisam de um tempo para ressignificarem suas experiências anteriores para que novas possibilidades relacionais possam ser construídas, inclusive no que diz respeito à internalização de novas regras para a convivência social.

Fica mais uma vez evidente o processo de apropriação da realidade, mediado pela linguagem, que permite aos acolhidos compreenderem as formas de organização familiar, sem deixar de manifestar sua própria forma de ser. Todos os envolvidos, pelos conflitos, parecem avançar qualitativamente no entendimento das relações sociais familiares, reconstruindo regras. Quando o acolhido possui alguma autonomia para brincar, explorar o mundo e dizer sobre suas vontades, mencionam haver mais possibilidade de entrarem em conflito. Destacam que o amor que sentem pela criança é independentemente da idade.

Mediador – Vocês acolheram algumas crianças pequenas, bebês, e outros maiores. É muito diferente?

Vanessa – Ah! Já muda um pouco, né? Porque a criança maior já fala, já sabe falar “não”, já sabe dar um conflito ali. (EI) e bebezinho não. Acho que é só isso que muda, porque já de estar se comunicando, de saber falar, não fica quieto. Grita o dia inteiro! Mas acho que é só isso que muda, porque o amor assim, é o mesmo.

O período inicial do acolhimento de Citrino, junto da família de Vanessa e Tiago, passou por alguns momentos de tensão, uma vez que só haviam acolhido bebês, até aquele momento. Observava-se que Tiago sentia ciúmes de Citrino. Por meio de orientações e

atendimentos pontuais de Tiago, a criança passou a se relacionar com Citrino de outra forma, compreendendo a necessidade de ele ser amparado por sua família. Cumpre mencionar que essa tensão inicial vai sendo superada ao longo da aproximação das crianças e do acolhido com os acolhedores. Ao longo de diversos momentos do encontro, Tiago aponta os bons momentos que teve com Citrino, inclusive verbalizando a falta que sente dele, em específico. Ou seja, Tiago aprendeu a reconhecer a importância de sua família para Citrino, que, por sua vez, também foi aprendendo a ocupar um lugar no seio dessa família ao apropriar-se desses relacionamentos e regras. Isso também indica a importância dos adultos responsáveis mediando os episódios de conflito que possam ocorrer.

A chegada da criança para o acolhimento, apesar de esperada com alegria pelos acolhedores, é também marcada pelo sofrimento da ruptura do acolhido com seus pares e referências. Sentimentos como medo, saudade e tristeza são experienciados pelo acolhido, mas gradativamente podem ser reparados.

Apesar de haver uma incidência maior de acolhimentos de bebês, pela especificidade desse serviço, dois participantes do grupo que realizaram o acolhimento de crianças mais velhas expressam que, em alguns momentos, os acolhidos falavam sobre suas histórias passadas, uma para falar sobre a saudade que sentiam da mãe falecida e da irmã, que se encontrava sob os cuidados de outra família e outra para dizer, ao ser questionado, sobre o medo que tinha do retorno do pai adotivo.

Mediador – Vocês lembram de algum momento que a criança estava triste com vocês?

Vanessa – Não.

Tiago e Rodrigo – Não.

Marcelo – Eu sim.

Mediador – Você lembra?

Marcelo – É. A Diamante sentia falta da mãe.

Mediador – Às vezes ela falava disso?

Marcelo – Sim. E da irmã.

Mediador – E da irmã também? E como é que vocês faziam nessas situações?

Marcelo – Eu não me lembro muito disso.

Diamante também passou por episódios, ao longo do acolhimento, de profunda tristeza. Sua mãe falecera anos antes e, após a perda, passou a ser cuidada pelos familiares extensos, sob anos de violência cometida contra ela, sua irmã e primos. A criança, que não apresentou qualquer dificuldade para se adaptar ao contexto do acolhimento familiar, declarava sentir falta de sua irmã e de sua mãe. Nesses momentos, cumpre mencionar que havia uma postura muito aberta e acolhedora da família para com seu sofrimento, permitindo que a mesma falasse sobre as ausências e encontrasse nos acolhedores, a possibilidade de se sentir protegida.

Mediador – E você tava falando do Citrino... *você nunca escutou dele isso?*

Vanessa – Não. Ele nunca falou.

Tiago – Ele nunca falou. Ele se apegou tanto a gente. Ele gostava tanto que...

Vanessa – Teve só uma vez que a minha mãe perguntou e ele falou.

Tiago – Mas foi só no primeiro dia.

Vanessa – Não foi no primeiro dia. Teve uma vez que minha mãe falou: “Mas ô Citrino, fala pra tia que eu preciso saber: do seu pai. Se ele bater na porta, eu posso abrir pra ele?” Ele ficava quieto e mudava de assunto. Daí ela falava: “Então, eu posso abrir a porta pro papai?” “NÃO, NÃO, NÃO, TIA! POR FAVOR, NÃO FAZ ISSO!” E toda vez que ela perguntava, ele mudava de assunto. Ele não gostava de falar do pai dele. Nossa eu ficava arrasada.

Tiago – Da vó também não, né?

Vanessa – Da vó também não.

Com Citrino, a situação era diferente. A criança não falava a respeito de seu passado e quando questionado sobre, após o acolhimento, passou a revelar medo de encontrar-se com o pai adotivo que era seu responsável. No período em que o episódio aconteceu, a equipe do serviço foi avaliando que a criança, ao receber cuidados adequados e se sentir de fato protegida, conseguiu observar a inadequação dos familiares no desempenho de sua proteção, uma vez que, segundo informações encontradas no momento anterior do acolhimento, o menino era apontado pela família adotiva como aquele que deveria aprender a cuidar de sua casa para poder cuidar da avó adotiva quando a mesma estivesse mais velha, transmitindo a dimensão de que a criança era compreendida como servente às necessidades dos adultos e não ocupava um lugar privilegiado de afeto nessas relações.

Percebem que os bebês, ao chegarem em um novo ambiente, também se mostram chorosos e com medo, o que gradativamente muda a partir do momento que começam a reconhecer as novas referências de cuidado, superando as condições iniciais. Esse aspecto aponta para a plasticidade das relações humanas (PINO, 2000), que se reinventam, dialeticamente, o tempo todo enquanto nos relacionamos.

Rodrigo – Que ele chegou dormindo né? Você trouxe ele. A mãe dele tinha fugido com ele, né? Fomos nos aproximando, pegamos uns brinquedos. Minha mãe correu lá comprar uma roupa, porque não sabia que ele vinha.

Mediador – Não sabia, né? Ele veio sem nenhuma roupinha, né? Você acha que ele ficou assustado?

Rodrigo – Ele veio com a roupa do corpo. Ah... na primeira noite ficou! Ele chorou bastante. Mas depois passou.

O acolhimento de Citrino foi marcado por uma cena de desespero da criança ao ser afastada de sua família. Como bem relatam Tiago e Vanessa, a criança chorava copiosamente e naquela ocasião, nem as técnicas do fórum, que já o conheciam, nem da equipe do serviço de acolhimento avançaram muito na tentativa de acalmar Citrino. Os acolhedores, que aguardavam para conhecer a criança do lado de fora da sala, estavam muito ansiosos e tensos com a situação.

Tiago – Eu lembro que no dia minha irmã estudava de manhã e eu de tarde. Daí eles já estavam lá na parte de fora, esperando (referindo-se a espera dos pais no fórum, na ocasião do acolhimento). Daí meu pai foi me buscar na escola de moto e eu cheguei lá com capacete na mão. Foi só a gente entrar lá, que a minha mãe começou a conversar com ele, e ele parou de chorar. Daí ficou tudo bem. Daí ele ficou conversando com a gente, a gente contou como era a casa, dos carrinhos Hot Wheels que ele gostava de brincar e foi.... foi fácil até...

Mediador – Vocês conseguiram acalmar ele.

Vanessa – Só do pai dele que era difícil de falar, e a única vez que ele falou foi porque minha mãe tocou no assunto.

Tiago – Só da gente entrar lá, ele percebeu que ia ter um novo lar e já ficou melhor.

Como frisam Tiago e Vanessa, assim que conhece os acolhedores, Citrino começa a se acalmar. Na leitura de Tiago, o acolhido conseguiu ficar melhor quando percebeu que teria um lar.

Conforme a experiência de uma das pesquisadoras nesse serviço, o fato das crianças falarem sobre suas dores, angústias e poderem revelar violências também é um aspecto que provoca receio nos acolhedores de acolherem crianças mais velhas, uma vez que essas revelações podem acontecer para seus filhos e isso iria expô-los a uma situação que acreditam não fazer parte do universo representacional deles. As crianças, por sua vez, revelam postura empática com os acolhidos, sensibilizados com o sofrimento do outro.

Segundo Vigotski (1935), o universo circundante da criança tem um papel central no seu desenvolvimento, indicando a necessidade de que tenha reconhecido seu significado e influência para a criança. Com isso, o autor não pretende dizer que esse entorno determina de maneira objetiva o desenvolvimento, mas indica que há determinação no desenvolvimento psíquico provocada pela relação estabelecida entre a criança e esse entorno.

Em assim sendo, para a família acolhedora, conhecer a história de vida do acolhido é fundamental para que possam reconhecer as determinações produzidas por meio dessas relações, que não são estáticas e se modificam com o tempo e se apresentam como substrato para a formação do psiquismo.

Conforme reitera Souza (2007), as formas mais complexas de pensamento se apresentam no final da primeira infância, amparados pelo desenvolvimento da função semiótica ou simbólica da consciência. Nesse contexto, em que as generalizações atingem seu ápice, os objetos passam a ser usados como forma de substituição de outros, mudando qualitativamente a maneira de a criança se relacionar com o entorno. Essa nova situação social em que se insere dá condições para que a criança atribua sentidos e significados (VIGOTSKI, 2001) às situações que a rodeiam.

Essa nova situação social da criança com seu entorno pode ser compreendida como momento peculiar do seu desenvolvimento psíquico, no qual, novas possibilidades éticas, estéticas, afetivas e intelectuais se organizam (SOUZA, 2007, p. 114).

Nessa perspectiva, considerando os possíveis impactos negativos produzidos pelo acolhimento familiar, observa-se uma preocupação recorrente entre acolhedores que têm filhos versar sobre o medo de produzirem situações de sofrimento a eles quando a criança acolhida for embora. A dimensão revelada na análise das falas do grupo focal com as crianças desmistifica esse temor, que também é recorrente entre os diversos pretendentes, quando procuram o serviço para se informar sobre o trabalho desenvolvido pelas famílias acolhedoras: “esses casais têm filhos?”, “como fica a cabeça das crianças quando os acolhidos vão embora?”.

O desacolhimento se apresenta como momento de experienciar tristezas e é, na perspectiva das crianças, o período mais delicado desses processos para todos os envolvidos. Como pondera Vigotski (1993), os sentimentos e as emoções se constroem a partir do cotidiano, mediando a construção dos sentidos e significados. Dessa maneira, a possibilidade de estar em contato com as crianças acolhidas desencadeia no desenvolvimento de relações de afeto que, embora reconheçam a transitoriedade da passagem do acolhido, não deixam de estabelecê-la e passam a fazer parte dos processos constitutivos de cada participante.

Evidenciando os aspectos contraditórios experimentados ao longo da medida protetiva, uma das crianças do grupo menciona o sentimento de alegria, ao saber que a situação do acolhido foi resolvida de forma definitiva.

Mediador – Como é que vocês ficam quando a criança vai embora?

Marcelo – Triste

Tiago, Rodrigo e Vanessa – Triste!

Mediador – Triste?

Vanessa – Triste e feliz ao mesmo tempo. Porque esse é o objetivo dela, que arranjem uma família pra ela! Então... é os dois!

Marcelo – Ou os pais voltam pra criança! É a mesma coisa que aconteceu com a Sodalita.

O acolhimento e o desacolhimento produzem marcas concretas na vida de todas as crianças, sejam acolhidos ou acolhedoras, alterando suas histórias e sendo constantemente ressignificadas a partir das experiências. O sofrimento aqui não é o único parâmetro apontado pelas crianças durante o desacolhimento, mas há expressão de felicidade ao saber que a situação do acolhido foi resolvida definitivamente. Há que se considerar que a própria fala de Vanessa sobre esse aspecto pode ter efeito mediador que apresenta aos demais outra reflexão importante: de que há, para além dos próprios sofrimentos e tristezas experimentados, o sofrimento e as tristezas dos acolhidos, que precisam da resolução de suas situações para poderem seguir o fluxo de suas próprias histórias de vida.

Nessa perspectiva, a manutenção dos vínculos pós acolhimento apresenta-se como recurso facilitador para o enfrentamento do desligamento, embora ele nem sempre seja preservado, como destacado:

Mediador – E você lembra quando ela foi embora?

Marcelo – Foi triste.

Mediador – Foi triste? E vocês se veem?

Marcelo – Não. Só uma vez que a gente se viu.

Mediador – E você sente falta?

Marcelo – Sinto!

Tiago – Que nem eu. A minha mãe tem um apego com o Topázio. Ela gosta do Topázio bastante...mas ela gosta dos outros também. Daí eu falo: “Mãe vamos visitar o Citrino, ... vamos visitar o Quartzo. E ela sempre fala do Topázio. Daí, às vezes ela chama eles pra vir em casa.

Vanessa – É porque a L. é um grude com a gente! (referindo-se a relação construída entre a mãe adotiva e a família acolhedora)

Mediador – Mas você acha que é por isso que ela tem mais contato com Topázio?

Vanessa – Acho que sim porque...ela manda foto todo dia (L. envia fotos para Rita). “Bom dia tia Rita”, “Boa noite tia Rita”. “Olha o que eu aprontei hoje...” É tudo assim. Aí ela convida pra ir lá e não sei o que...

Observa-se também que os participantes têm clareza quanto aos objetivos do trabalho desenvolvido pelas famílias acolhedoras, quando apontam, por exemplo, que a proposta do trabalho prevê a transitoriedade da situação vivenciada ao longo dos meses – evidenciando que aprendem a ocupar os lugares que ocupam na relação com o acolhido.

Frente às complexidades que envolvem o processo do acolhimento, os participantes do grupo contam o que compreendem por família e por família acolhedora:

Marcelo – “Ser família pra mim é conviver com pais.... obedecer.... enfim... e ser educado como eles!”

Marcelo – “O que é uma família acolhedora: É você ter que cuidar de uma criança que foi abandonada.” Eu esqueci de falar tudo o que eu pensei. (todos riem)

Marcelo apresenta no desenho sua referência de família. Os traços e personagens indicam seus pais, ele e seu irmão mais novo, reiterando o quanto o imaginário remete ao lugar social de sua própria família. Ao pensar sobre o acolhimento familiar, destaca a questão do abandono, um determinado tipo de violação de direitos contra crianças e adolescentes. Assim, indica ter se apropriado, dentro de suas condições e momento do desenvolvimento, de questões que levam uma criança a ser acolhida.

Tiago – Pode ser? Eu fiz esse desenho pra mostrar que pra acolher, a família tem que ser tudo unida pra poder cuidar da criança. E é isso. É que todo mundo tem que se ajudar, ajudar a criança. Todos têm que querer, pra ninguém ficar incomodado. E também pra ninguém ficar com ciúmes.

Tiago – “Família pra mim é: todo mundo tem que se respeitar, não brigar toda hora e não ter preconceito algum.” – leitura da frase que escreveu para ilustrar o desenho

Mediador – Tiago também tem várias pessoas aí na família, né?

Tiago – Eu fiz cinco!

Mediador – Ah! Que legal! Porque vocês são em quatro

Vanessa – E TEM CINCO!

Tiago – É! É um menino ACOLHIDO!

Tiago – O meu é: “Família acolhedora é não ter preconceito com as crianças, ter amor com os acolhidos. Para ser uma família acolhedora, não precisa só de amor. Precisa de carinho com as crianças, precisa brincar com elas. É isso”.

Tiago, por sua vez, aponta diversos aspectos que compreendem ser importantes para a vida familiar, com destaque para aspectos coletivos e de ajuda mútua. Quando fala sobre o

ciúme, possivelmente remete à própria vivência que teve com Citrino. A criança, ao indicar esse aspecto, sugere algum grau de tomada de consciência quanto ao próprio comportamento, explicitando ter atravessado um processo educativo que já superaria tais condutas em outras situações.

Rodrigo também faz uma ilustração bastante similar às características de sua própria família. Quando se refere à família acolhedora, traz riqueza de detalhes para explicá-la, em termos de processo e de compreensão do que desencadeia tanto os acolhimentos quanto o que promove os desacolhimentos.

Rodrigo – “Família acolhedora é uma família que ajuda uma criança que nada mais tem do que um histórico de violência, ou morava nas ruas, ou seus pais estavam envolvidos com droga e etc. A função da família acolhedora é acolher crianças que eram maltratadas com a família. E a família é recuperada para recuperar a criança de volta. E a família acolhedora acolhe essas crianças. Algumas crianças vão para adoção. Quando a criança é adotada, é por outra família. E etc. Isso é uma família acolhedora”.

A explicação feita por ele facilmente poderia ter sido apresentada por um adulto e também reforça outros pontos destas análises no que tange à sua clareza sobre os objetivos do programa de acolhimento familiar. Para além disso, família é entendida como as pessoas que compartilham seus afetos e estão juntos todos os dias.

Vanessa – Eu coloquei algumas palavras que são chave pra mim! Que é: “amor”, “futuro”, “cuidado”, “afeto” e “família”. E... nossa... família acolhedora foi uma coisa que mudou mesmo a nossa vida... e o “amor” aumenta assim que... nossa! O amor que as crianças têm com a gente é igual o meu com meu pai e com todo mundo. E é uma coisa assim... “futuro” é... é que encaixa bem assim. “Cuidado” é porque tem que cuidar das crianças... assim... ensinar, PREPARAR, pro mundo, pra tudo! “Afeto”... é uma coisa assim que a gente tem MUITO com as crianças e “família” que... nossa... família é uma coisa que em casa pra gente é assim... a gente é unido em tudo! E nisso principalmente, agora que a gente tá... tá... a gente tá junto nessa pra cuidar DE QUEM VIER! Da criança que vier! Pra quem precisar.

Assim como o irmão, Vanessa compreende os acolhidos como membros do grupo familiar. Destaca que há um lugar privilegiado para o acolhido dentro das relações familiares, nos quais ele é desejado e amado, ou seja, um lugar de pertencimento. Independentemente da transitoriedade, ele é parte dessa história familiar.

Há que se destacar, nesse caso também, a condição privilegiada que se revela para a menina para o desenvolvimento de sua consciência e o quanto isso inevitavelmente reverbera em suas relações com o mundo e com o outro.

Após a análise e discussão desses indicadores nesse recorte do estudo, ficou evidente que o núcleo de significação só poderia ser entendido como único e complexo, sendo então sintetizado como: Ser criança e adolescente em família acolhedora: processos educativos permeados por mudanças e sentimentos – satisfação, medo, saudade, tristeza, alegria, amor e proteção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises do grupo apontaram que para as famílias acolhedoras, o acolhimento das crianças que sofreram situações de violência por meio desse serviço seria um caminho para assegurar amor, cuidado, carinho e afeto, visando preparar a criança para o futuro, ainda que naquele momento não se tenha claro qual ele seja.

Observa-se que se baseiam na própria organização familiar quando relatam as vivências do que é ser uma família, o que indica uma forma e um lugar social que configuram essas percepções. União, amor, respeito, educação e proteção são adjetivos atrelados a essa família bem como o cuidado, do qual mencionam, dentro de suas possibilidades, participarem.

Os indicadores analisados neste texto mostram como o processo de acolher é significativo e transformador para todos os envolvidos, mas, de modo especial, para as crianças e adolescentes que vivenciam essa experiência e esses afetos. De forma geral, o acolhimento faz-se tão presente na vida da criança e do adolescente que acolhe que a própria representação de família já inclui uma criança acolhida, como no caso de Tiago, evidenciando o lugar de pertencimento do outro em sua vida e da prática de acolher.

Quando falam especificamente a respeito da família acolhedora, apontam aspectos centrais como a não existência de preconceitos, estigmas que muitas vezes são construídos sobre os supostos fracassos das famílias pobres em desempenharem seus papéis parentais. Ao mesmo tempo, observamos que a experiência de acolher apresenta aspectos extremamente positivos, ainda que a vivência seja complexa e, por vezes, conflituosa, as falas das crianças e adolescentes acolhedores demonstram a própria condição humano-genérica que já se manifesta em suas percepções e posições diante da realidade que os cercam.

Concordamos com Sarti (2015) quando compreende que família se delimita simbolicamente baseada no discurso que constrói sobre si própria. Não se nega que há uma construção cultural instituída, mas se aponta a sua singularidade: “cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida” (p. 28) a partir de uma realidade vivida que tem base em elementos objetiva e subjetivamente possibilitados na cultura em que se inserem.

Com o acolhimento, narram aprender sobre amor e cuidado para com os acolhidos, que são apresentados como membro da família. Explicita-se que processos educativos atravessam todos os momentos dessa experiência na medida em que as crianças aprendem, ensinam e reinventam o que é ser família, ser família acolhedora e atravessar dificuldades, além de mediarem, em suas outras relações, aspectos dessa vivência. Nessa perspectiva, não há como negar o impacto produzido na formação desses indivíduos e o quanto esses processos podem ser importantes para o seu desenvolvimento enquanto gênero humano, atribuindo novos sentidos a essa existência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.

_____. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, jun. 2006.

AGUIAR, W. M. J.; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 155, p. 56- 75, 2015.

BAPTISTA, M. V.; OLIVEIRA, R. C. S. A reinserção familiar de crianças e adolescentes: perspectiva histórica da implantação dos planos individuais de atendimento e das audiências concentradas. In: **Serviço social e temas sociojurídicos: debates e experiências** (Orgs.).

BRASIL. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: CNAS, Conanda, 2009a.

_____. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: MDS/CNAS, 2009b.

_____. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política nacional de assistência social**. Brasília, 2004.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CNJ. **Conselho Nacional de Justiça – Poder Judiciário**. Disponível em: <<https://painei-analytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056=8999-4434--913b-74f5b5b31b2a&sheet-4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursrel&select=clearall>> Acesso em: 27 jun. 2020.

COSTA, N. R.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Acolhimento Familiar. Uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. **Rev. Psicologia: Reflexão e Crítica**, 22 (1), 2009.

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Caderno Cedes**, v. 24, n. 62, p. 44-63, abr. 2004.

FÁVERO, E.; GOIS, D. (Orgs.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GOMES V. L. O., TELLES K. T., Roballo E. C. Grupo focal e discurso do sujeito coletivo: produção de conhecimento em saúde de adolescentes. **Revista Enfermagem**, 2009.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MARTINS, L. M.; RABATINI, V. G. A concepção de cultura em Vigotski: contribuições para a educação escolar. **Revista Psicologia Política**, v. 11, n. 22, p. 345-358, 2011.

MOLLO, K. G.; HASSEGAWA, L. C.; NAVARRO, N. C. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE REINTEGRAÇÃO NA FAMÍLIA DE ORIGEM. In: Josué Adam Lazier; Ismael Forte Valentim (Org.). **Coletânea do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Instituições Comunitárias de Educação Superior**, 1. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 2016, v. 4, p. 201-226.

PINO, A. P. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 71, p. 45-78, 2000.

REY, F. G. **Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**, 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

SARTI, C. A. Famílias Enredadas. In: **Família: redes, laços e políticas públicas**. ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. São Paulo: Editora Cortez, 6. ed. 2015.

SOUZA, M. C. B. R. de. **A Concepção de Criança para o Enfoque Histórico-cultural**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista. Marília, 2007.

SUSTER, Claudia Regonha. **Acolhimento familiar para famílias acolhedoras: sentidos e significados**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2017.

VALENTE, J. **O acolhimento familiar como garantia do direito à convivência familiar e comunitária**. Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOSTKY, L. S. El problema y el método de Investigación. In: **Obras Escogidas**. Vol. II. Madrid: Visor Distribución S. A., 1993.

DADOS DAS AUTORAS

CLAUDIA REGONHA SUSTER

Mestra em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro/SP – Brasil. claudia_suster@hotmail.com

DÉBORA CRISTINA FONSECA

Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP – Brasil. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro/SP – Brasil. deboracf@rc.unesp.br

NATÁLIA CAPRISTO NAVARRO

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba/SP – Brasil. Coordenadora do Grupo de Apoio à Adoção de Piracicaba. Piracicaba/SP – Brasil. natalia_capristo@hotmail.com

Submetido em: 31-3-2019

Aceito em: 30-6-2020